



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - NUMIG/DPF/PAC/RR

Decisão nº 12199329/2019-NUMIG/DPF/PAC/RR

Processo: 08115.015910/2019-20

Assunto: **DECISÃO**

Assunto: **Auto de Infração 1223\_01483\_2019**

1. Trata-se de Processo Administrativo para apuração do **Auto de Infração e Notificação 1223\_01483\_2019**, de acordo com o art. 110 da Lei 13445/17 e art. 308 e 309 do Decreto 9199/17.
2. O imigrante **JOSE GREGORIO LAREZ RODRIGUES**, Venezuelano, identidade nº **V14579876** foi atuado por **ultrapassar em 13 dia (s) o prazo de estada legal no país**, conforme descrito no Auto de Infração citado;
3. O Auto de Infração e Notificação do imigrante foi lavrado e assinado em **14/07/2019**, estando ciente o imigrante a apresentar defesa no prazo de 10 dias;
4. O imigrante não apresentou defesa no prazo estipulado, conforme **Decisão 12199008** deste processo;
5. Tal decisão foi publicada no site da Polícia Federal em **08/01/2020**, dando-se prazo de 10 dias para recurso;
6. Até a presente data não foi apresentado recurso pelo interessado ou seu representante legal, esgotando-se o prazo do item anterior;
7. Assim, de todo o exposto, decido pela Manutenção do Auto de Infração supracitado, e consequente aplicação, em caráter final, da **SANÇÃO DE MULTA**, estipulada no valor **R\$ 1.300,00 (Um Mil e Trezentos Reais)**
8. Inclua-se o alerta de **MULTADO no STI-MAR**;
9. Publique-se a presente decisão no Sítio Eletrônico da Polícia Federal, conforme art. 309 § 9º do Decreto 9199/17;
10. Deverá o atuado realizar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 309, § 10º do Decreto 9199/17, através de **GRU** emitida no Sítio Eletrônico da Polícia Federal ou em uma de suas unidades.

**ROBERTA TIE YAMAGUCHI DE PAULI**  
Agente de Polícia Federal  
Responsável NUMIG/DPF/PAC

---

Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA TIE YAMAGUCHI DE PAULI**, Agente de Polícia



**Federal**, em 10/02/2020, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **12199329** e o código CRC **A5859396**.

**Referência:** Processo nº 08115.015910/2019-20

SEI nº 12199329